

EDITAL DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO Nº. 0884/2019

EDITAL Nº. 0098/2019

NORMA APLICÁVEL: "RELC" REGULAMENTO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS DA FUNDAÇÃO PARQUE TECNOLÓGICO ITAIPU – BRASIL

1 PREÂMBULO

1.1 A **FUNDAÇÃO PARQUE TECNOLÓGICO ITAIPU-BRASIL – Fundação PTI-BR**, com sede na Avenida Tancredo Neves, 6731, Parque Tecnológico Itaipu, CEP 85867-900, Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.769.688/0001-18, nos termos do "RELC" – Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Fundação Parque Tecnológico Itaipu-Brasil, rProtocolado sob o nº 0210544 e registrado sob o nº 0209581 no livro – B-1429 sob as folhas – 001/042. Foz do Iguaçu – PR. Disponível no link: <https://pti.org.br/sites/default/files/RELC-Compras.PDF>, representada pela Comissão Permanente de Licitações nomeada pela Diretoria da Fundação PTI – BR, por meio da Resolução do Conselho Diretor nº. 093/2019, de 24 de julho de 2019, torna público que realizará **Credenciamento para a contratação futura e eventual de empresas especializadas na prestação de serviços de locação de veículos do tipo ônibus, com motoristas.**

1.2 O inteiro teor deste Edital, incluindo seus Anexos, estará disponível no endereço eletrônico do Fundação Parque Tecnológico itaipu-Brasil (Fundação PTI-BR): www.pti.org.br.

1.3 O processo de credenciamento de que trata este edital obedecerá às seguintes etapas:

- a) Entrega do requerimento de credenciamento acompanhado de toda a documentação exigida, no endereço estabelecido neste Edital;
- b) Análise documental;
- c) Habilitação;
- d) Divulgação dos prestadores habilitados;
- e) Realização de sorteio entre os credenciados na primeira etapa;
- f) Contratação conforme necessidade da Fundação PTI-BR;
- g) Acompanhamento da execução do contrato.

1.3.1 As atividades previstas dos itens "b" a "e" competem aos membros da Comissão de Licitações da Fundação PTI-BR.

1.3.2 O acompanhamento de que tratam os itens "f" e "g" será realizado pela área

**PTI**Parque Tecnológico
ItaipuCNPJ: 07.769.688/0001-18
Av. Presidente Tancredo Neves, 6731
85867-900 – Foz do Iguaçu, PR
Tel. (45) 3576-7200
www.pti.org.br

de Assessoria de Comunicação.

1.4 São parte integrante deste edital os seguintes anexos:

ANEXO I	Termo de Referência
ANEXO II	Modelo de Requerimento de Credenciamento
ANEXO III	Documentos de Habilitação
ANEXO IV	Modelo de Declaração Unificada
ANEXO V	Minuta da Ordem de Serviços

2 DO OBJETO

2.1 Credenciamento para a contratação futura e eventual de empresas especializadas na prestação de serviços de locação de veículos do tipo ônibus, com motoristas, em conformidade com o Anexo I deste Edital.

2.2 Este procedimento definirá as pessoas jurídicas habilitadas ao credenciamento que, após formalização, ficarão autorizadas a prestar os serviços para a Fundação PTI-BR.

3 DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 As despesas decorrentes deste objeto correrão à conta orçamentária das áreas solicitantes, quando houver a realização dos serviços.

4 VIGÊNCIA

4.1 Este edital terá a vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado de acordo com os limites do Art. 112 do RELC.

4.1.1 Para prorrogação da vigência deverão ser atendidos os requisitos a seguir:

- a) Demonstração do especial interesse da Fundação PTI-BR;
- b) Prova da compatibilidade dos valores do edital com os praticados pelo mercado;
- c) Anuência dos credenciados;
- d) Que os credenciados mantenham as mesmas condições de habilitação;
- e) Publicidade do termo de prorrogação de acordo com o Art. 37 do RELC.

**PTI**Parque Tecnológico
ItaipuCNPJ: 07.769.688/0001-18
Av. Presidente Tancredo Neves, 6731
85867-900 – Foz do Iguaçu, PR
Tel. (45) 3576-7200
www.pti.org.br

4.1.2 Caso algum credenciado não esteja de acordo com a prorrogação do seu credenciamento, este será automaticamente descredenciado sem que caiba ao credenciado quaisquer direitos, vantagens e/ou indenizações.

4.2 Durante o período de vigência, qualquer interessado poderá requerer seu credenciamento para prestação dos serviços objeto deste edital.

5 DOS SERVIÇOS

5.1 Os serviços consistem em empresas especializadas na prestação de serviços de locação de veículos do tipo ônibus, com motoristas, compreendendo as seguintes atividades:

- 5.1.1 Os deslocamentos serão realizados de acordo com as necessidades da Fundação PTI-BR, sendo que o número de passageiros, horário, local de embarque e desembarque, bem como o roteiro a ser realizado poderá ser informado ao contratado com antecedência mínima de até 48 (quarenta e oito) horas antes da viagem pelo Setor responsável. Ressalta-se que as viagens poderão ser realizadas aos sábados, domingos e feriados.
- 5.1.2 A CONTRATANTE especificará a quantidade mínima de veículos (ônibus) para atendimento, especificando o tempo a ser utilizado.
- 5.1.3 Em razão da imprevisibilidade dos serviços, a empresa estará ciente de que os mesmos serão executados conforme as necessidades da Contratante, sem restrição a horários, quantidade de veículos e datas.
- 5.1.4 A Contratada se obriga a utilizar na prestação do serviço, veículos próprios, com no máximo 08 (oito) anos de fabricação, mantidos em perfeitas condições de conservação e segurança, com todas as revisões em dia, pneus novos, dotados de todos os equipamentos obrigatórios exigidos pela legislação de trânsito e com documentação regular.
- 5.1.5 A quilometragem para percurso Intermunicipal será computada a partir da saída da garagem do fornecedor, instalado na cidade de Foz do Iguaçu até o último roteiro informado pela Fundação PTI, excluindo outros percursos, tais como, deslocamentos para a sede da contratada ou traslado para almoço do motorista, desvios para abastecimento veículo ou encaminhamento do mesmo a oficinas;
- 5.1.6 Em caso de avaria mecânica ou acidente de trânsito, a Contratada deverá substituir o veículo avariado/acidentado no prazo máximo de 02 (duas) horas para percurso Municipal e 05 (cinco) horas para Intermunicipal.

**PTI**

Parque Tecnológico
Itaipu

CNPJ: 07.769.688/0001-18
Av. Presidente Tancredo Neves, 6731
85867-900 – Foz do Iguaçu, PR
Tel. (45) 3576-7200
www.pti.org.br

- 5.1.7 Todas as despesas com a execução dos serviços, tais como: mão de obra, transporte, combustível, manutenção, alimentação, seguros, encargos, impostos de qualquer natureza incidente sobre o objeto do presente, são de inteira responsabilidade e risco da empresa contratada.
- 5.1.8 Os veículos utilizados na prestação de serviços deverão ser entregues nos locais indicados, de acordo com as especificações dos itens, devendo apresentar perfeito estado de segurança, conservação e limpeza, cabendo ao usuário ou a fiscalização esse julgamento:
- I. Os veículos que não apresentam condições de segurança, conservação, funcionamento e limpeza adequadas a sua utilização, a critério do usuário ou da fiscalização, ou ainda, em caso de pane ou acidente, quando em serviço, deverão ser substituídos no prazo máximo de 02 (duas) horas;
 - II. Os veículos devem apresentar-se para serviço com a documentação regularizada e original, sendo Certificado de Registro e Licenciamento do veículo pago e CNH válida dos motoristas.
- 5.1.9 Os percursos realizados pela CONTRATADA deverão seguir o especificado e solicitado em Ordem de Serviço emitida pela CONTRATANTE, sem acréscimos ou supressões, mesmo quando solicitado por pessoa transportada. Deste modo, qualquer alteração de percurso poderá ser realizada apenas mediante solicitação e autorização da própria CONTRATANTE;
- 5.1.10 No valor constante da proposta comercial da CONTRATADA, deverão estar compreendidos, para todos os itens, todos os custos e despesas de natureza direta ou indireta relacionadas com a prestação dos serviços, especialmente as de natureza tributária, emplacamento, de seguro obrigatório, garantia total contra roubo, furto, colisão e incêndio, seguro de vida e danos materiais a terceiros, custos de administração e lucro, custos referentes a pedágios, mão de obra, transporte de funcionário, alimentação, materiais e insumos, estacionamento, manutenção, limpeza, taxas, bem como todos os equipamentos de segurança, ferramentas e tudo o mais que for necessário à completa execução do serviço objeto de futura Contratação.
- 5.1.11 A Contratante poderá locar outro veículo às custas da Contratada, quando esta não providenciar a substituição do veículo com problemas.
- 5.1.12 Os veículos devem apresentar-se para serviço com a documentação regularizada e original, sendo Certificado de Registro e Licenciamento do veículo pago e CNH válida dos motoristas com a categoria compatível ao do veículo solicitado.

5.2 A empresa contratada deverá disponibilizar os profissionais indicados neste termo de referência de acordo com o solicitado pela Fundação PTI-BR. Deverão ser consideradas diárias de 09 (nove) horas, com intervalo de no mínimo 01 (uma) hora para almoço

5.3 Os quantitativos estimados dos serviços estão descritos conforme planilha abaixo:

**PTI**Parque Tecnológico
ItaipuCNPJ: 07.769.688/0001-18
Av. Presidente Tancredo Neves, 6731
85867-900 – Foz do Iguaçu, PR
Tel. (45) 3576-7200
www.pti.org.br

LOTE 01						
ITEM	VEÍCULO	PERCURSO	UNIDADE	PERCURSO	QUANTIDADE	VALOR
01	ÔNIBUS URBANO	MUNICIPAL	Diária (12 horas)	MUNICIPAL	01	R\$ 1.275,00
02	ÔNIBUS URBANO	MUNICIPAL	Meia diária (6 horas)	MUNICIPAL	01	R\$ 800,00

LOTE 02						
ITEM	VEÍCULO	PERCURSO	UNIDADE	PERCURSO	QUANTIDADE	VALOR
01	ÔNIBUS URBANO	INTERMUNICIPAL	KM RODADO	-	01	R\$ 11,00
02	ÔNIBUS URBANO	INTERMUNICIPAL	TAXA PERNOITE	-	01	R\$ 1.000,00

5.4 Os veículos automotores, tipo ônibus a serem locados para realização de transporte sob a responsabilidade da Fundação PTI deverão possuir as seguintes especificações mínimas indicadas nos itens I.

5.5 ITEM I – Para atendimento a eventos:

- 5.5.1 Ônibus urbano, modelo padrão rodoviário Turismo, com ano de fabricação não superior a 8 (oito) anos da data da contratação, motor traseiro ou central, capacidade mínima para 40 (quarenta) passageiros sentados, poltronas individuais estofadas revestidas em tecido ou couro, reclináveis, com descanso de pernas, encosto de cabeça, equipados com sistema de ar-condicionado quente e frio de teto com capacidade mínima de 112.000 Btu/h, com combustível, Som CD player/MP3 com USB ou similar, Toilet, com motorista por conta da Contratada. Quando especificado em Ordem de Serviço, o ônibus deverá possuir também sistema de sonorização com microfone.

5.6 DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

- 5.6.1 Os serviços ocorrerão no município de Foz do Iguaçu, podendo haver viagens intermunicipais.
- 5.6.2 A execução dos serviços será definida e iniciada de acordo com a solicitação da área demandante.

6 DOS ESCLARECIMENTOS DO CREDENCIAMENTO

**PTI**Parque Tecnológico
ItaipuCNPJ: 07.769.688/0001-18
Av. Presidente Tancredo Neves, 6731
85867-900 – Foz do Iguaçu, PR
Tel. (45) 3576-7200
www.pti.org.br

6.1 Os pedidos de esclarecimento referentes ao processo de credenciamento poderão ser enviados ao membro da Comissão de Licitações, preferencialmente por meio eletrônico, no e-mail licitacoes@pti.org.br, ou via telefone (45) 3576-7463.

6.1.1 Nos pedidos enviados por e-mail, no campo “assunto” deverá constar o número do processo ou o número do edital.

EXEMPLO: EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº **0098/2019** – PROCESSO Nº **0884/2019** – ESCLARECIMENTOS

6.2 A Fundação PTI-BR, no prazo de até 24h (vinte e quatro horas) fornecerá e esclarecerá as informações requisitadas.

6.3 O prazo poderá ser prorrogado, por conveniência da Fundação PTI-BR, a fim de proporcionar resposta concreta. Nesse caso, o prazo necessário será informado por e-mail.

6.4 As perguntas e respostas estarão disponíveis a todos os interessados no link <https://www.pti.org.br/pt-br/avisos-de-editais>, e constituirão parte integrante deste Edital.

7 DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

7.1 Qualquer pessoa física ou jurídica é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade, devendo protocolizar o pedido até 3 (três) dias úteis após a publicação do edital.

7.2 A FUNDAÇÃO PTI-BR processará, julgará e decidirá a impugnação interposta em até 48 (quarenta e oito) horas, contados da interposição da impugnação.

7.2.1 Na hipótese de o prazo referido no item 7.2 ser insuficiente, a Fundação PTI-BR, justificadamente, deverá promover o adiamento da data fixada para entrega dos envelopes.

7.2.2 Na hipótese de o prazo referido no item anterior ser insuficiente, a FUNDAÇÃO PTI-BR, justificadamente deverá promover o adiamento da data fixada para a abertura da sessão pública.

7.3 A impugnação deverá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacoes@pti.org.br.

7.4 Compete a autoridade competente e aos membros da comissão de licitação signatários do instrumento convocatório decidir as impugnações interpostas.

**PTI**Parque Tecnológico
ItaipuCNPJ: 07.769.688/0001-18
Av. Presidente Tancredo Neves, 6731
85867-900 – Foz do Iguaçu, PR
Tel. (45) 3576-7200
www.pti.org.br

7.5 Na análise das impugnações, procurar-se-á, sob a luz da boa-fé, a preservação da licitação e dos negócios jurídicos dela decorrentes.

7.6 Se a impugnação for julgada procedente, a Fundação PTI-BR declarará:

I - Na hipótese de ilegalidade insanável, a nulidade absoluta da licitação ou ato eivado de vício, a depender da situação concreta;

II - Na hipótese de defeitos ou ilegalidades sanáveis, promover-se-á a correção do ato, devendo:

a) republicar o aviso da licitação, devolvendo o prazo de publicidade, exceto se a alteração no instrumento convocatório não afetar a participação de interessados no certame;

b) comunicar a decisão da impugnação a todos os licitantes já inscritos.

7.7 Se a impugnação for julgada improcedente, a FUNDAÇÃO PTI-BR deverá comunicar a decisão a todos os licitantes (inscritos no certame), dando seguimento à licitação.

7.8 Os avisos, as impugnações, os pedidos de esclarecimentos e os respectivos posicionamentos da comissão de licitação serão disponibilizadas no endereço eletrônico <http://www.licitacoes-e.com.br>, por meio do link "Acompanhando as licitações", para conhecimento da sociedade em geral e dos licitantes, cabendo aos interessados em participar do certame acessá-lo para a obtenção das informações prestadas.

8 DA REVOGAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO

8.1 Este Edital poderá ser cancelado a qualquer tempo, por ilegalidade constatada em qualquer fase do processo e/ou revogada, por conveniência e oportunidade da Fundação PTI-BR, em decorrência de motivo superveniente, pertinente e suficiente para justificar o ato, e/ou adiado por motivo justificado, conforme art. 68 do RELC.

9 DA PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE CREDENCIAMENTO

9.1 Poderão participar do processo de credenciamento as pessoas jurídicas legalmente autorizadas para a prestação de serviços objeto deste edital, com capacidade técnica comprovada, regularidade jurídica, fiscal e trabalhista, que não estejam em processo de suspensão ou declaração de inidoneidade por parte do poder público, que satisfaçam as condições de habilitação fixadas neste Edital e que aceitem as exigências estabelecidas no Termo de Referência.

9.2 Os interessados habilitados, após análise da documentação apresentada, serão credenciados, mediante constatação do preenchimento dos requisitos exigidos no presente Edital e seus anexos e contratados conforme necessidade do Fundação PTI-BR.

10 DAS RESTRIÇÕES À PARTICIPAÇÃO

10.1 Estarão impedidos de participar direta ou indiretamente da licitação, os licitantes que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

- 10.1.1 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;
- 10.1.2 Possuir no quadro societário: empregado, bolsista ou dirigente da Fundação PTI-BR e da ITAIPU Binacional, seus respectivos cônjuges, irmãos, ascendentes e descendentes, até o segundo grau de consanguinidade e afinidade, assim como pessoal cedido à Fundação PTI-BR e ITAIPU;
- 10.1.3 Pessoas físicas ou jurídicas impedidas de licitar ou contratar com a Fundação PTI-BR, ITAIPU BINACIONAL, e aquelas com restrições junto ao CEIS e ao CNJ;
- 10.1.4 Empresas estrangeiras que não funcionem no País;
- 10.1.5 Empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta ou Indireta, ou que esteja cumprindo suspensão de direito de licitar e de contratar com qualquer órgão da Administração Pública, em qualquer esfera e abrangência;
- 10.1.6 Pessoas física ou jurídica em processo de falência, concordata, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação.

10.2 Considera-se participação indireta, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

11 DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

11.1 As obrigações da CONTRATANTE estão descritas no **item 6** do Termo de Referência, anexo I do edital.

11.2 As obrigações da CONTRATADA estão descritas no **item 7** do Termo de Referência, anexo I do edital

12 DAS CONDIÇÕES PARA O CREDENCIAMENTO

12.1 O interessado em participar do processo de credenciamento, objeto deste edital, deverá entregar, no ato do requerimento, **os documentos constantes no ANEXO III** do Edital, sob pena de desclassificação.

12.2 Toda a documentação exigida é requisito obrigatório à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Econômico-Financeira e Qualificação Técnica do interessado no credenciamento.

12.3 Os documentos poderão ser apresentados em original, cópia autenticada por cartório ou por membro da comissão de licitação, publicação em órgão da imprensa oficial, ou obtidos pela internet em sítios oficiais do órgão emissor, e devem estar com o prazo de validade em vigor.

12.4 Quando o prazo de validade não estiver expresso no documento, o mesmo será aceito com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias do recebimento dos envelopes.

12.5 Serão considerados habilitados os interessados que apresentarem a documentação válida exigida e se enquadrarem nas regras deste Edital.

12.6 Serão considerados inabilitados os interessados que:

12.6.1 Estejam enquadradas em pelo menos um item relacionado no **item 10** do edital.

12.6.2 Estejam inadimplentes com as obrigações assumidas junto aos órgãos fiscalizadores da atividade/profissão, ou possuam qualquer nota desabonadora emitida pelos referidos órgãos.

12.6.3 Não atendam aos requisitos do Edital.

13 DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO

13.1 A entrega de documentos obedecerá duas fases:

**PTI**Parque Tecnológico
ItaipuCNPJ: 07.769.688/0001-18
Av. Presidente Tancredo Neves, 6731
85867-900 – Foz do Iguaçu, PR
Tel. (45) 3576-7200
www.pti.org.br

13.1.1 Na primeira fase, os interessados em participar do processo de credenciamento inicial, deverão encaminhar a documentação exigida no **ANEXO III** do edital até às **18h00min** do dia **18 de outubro de 2019**.

13.1.2 Na segunda fase, que inicia no dia imediatamente posterior à data supracitada, e permanecerá aberta até o término da vigência do Edital. Os interessados em efetuar o credenciamento para o presente objeto, deverão encaminhar a documentação exigida no **ANEXO III** do edital a qualquer momento dentro da vigência.

13.2 Os documentos deverão ser encaminhados para a Fundação Parque Tecnológico Itaipu-Brasil, situada na Avenida Tancredo Neves, nº 6731, nas dependências da Usina Hidrelétrica de Itaipu, na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, **no Edifício das Águas, Fase II, 1º Andar, Sala 117**, Telefone: (45) 3576-7200.

13.3 Todos os documentos exigidos neste Edital para a instrução do processo de credenciamento deverão ser entregues em um único envelope no qual conste a seguinte informação:

FUNDAÇÃO PARQUE TECNOLÓGICO ITAIPU – BRASIL

Av. Tancredo Neves, 6731 – Parque Tecnológico Itaipu-Brasil

CEP 85.867-900 – Foz do Iguaçu/PR

A/C da Comissão Permanente de Licitações

PROCESSO 0884/2019 – EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 0098/2019

DOCUMENTOS INSCRIÇÃO NO PROCESSO DE CREDENCIAMENTO

LOCAÇÃO DE VEÍCULOS DO TIPO ÔNIBUS, COM MOTORISTAS

13.4 As informações prestadas, assim como a documentação entregue, são de inteira responsabilidade do interessado.

14 DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO

14.1 Toda a documentação exigida é requisito obrigatório à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Econômico-Financeira e Qualificação Técnica do interessado no credenciamento de que trata este edital.

14.2 A análise dos documentos apresentados será realizada pelos membros da Comissão de Licitações e de Cadastro de Fornecedores da Fundação PTI-BR em dois momentos:

14.2.1 O primeiro momento compreende a fase inicial de credenciamento, conforme mencionado no **item 13.1.1**, onde os documentos serão analisados em até 15 (quinze) dias úteis, contados da data limite para entrega da

**PTI**

Parque Tecnológico
Itaipu

CNPJ: 07.769.688/0001-18
Av. Presidente Tancredo Neves, 6731
85867-900 – Foz do Iguaçu, PR
Tel. (45) 3576-7200
www.pti.org.br

documentação da fase inicial do credenciamento.

- 14.2.2 O segundo momento, que abrange o período em que o Edital de Credenciamento permanecerá aberto, a documentação será analisada em até 10 (dez) dias úteis a partir do seu recebimento.

14.3 Após o recebimento da documentação, pelos membros da Comissão de Licitações e de Cadastro de Fornecedores da Fundação PTI-BR, caso seja identificada qualquer não conformidade com as exigências deste Edital por parte dos interessados, estes serão inabilitados.

15 DA DILIGÊNCIA

15.1 Em qualquer fase do certame a Fundação PTI-BR poderá, por intermédio do membro da comissão de licitações, promover diligências que entender necessárias, adotando medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo, conforme art. 17 do RELC.

15.2 Será admitido que os interessados, em resposta à diligência promovida, procedam com a juntada posterior de documentos cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica aos documentos já existente na data da apresentação do requerimento de credenciamento.

15.3 Poderão ser objeto de saneamento os erros formais e os materiais irrelevantes, em relação aos documentos para a habilitação.

15.4 As proponentes notificadas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo membro da Comissão de Licitações, sob pena de desclassificação/inabilitação.

16 DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

16.1 Os resultados das pessoas jurídicas credenciadas serão publicados no endereço eletrônico www.pti.org.br, em dois momentos:

- 16.1.1 Ao término da análise dos requerimentos de credenciamento da primeira fase; e
- 16.1.2 À medida em que a análise documental for concluída, considerando os requerimentos de credenciamento recebidos após a data mencionada no **item 13.1.1.**

17 DOS RECURSOS

17.1 Os interessados poderão recorrer do resultado publicado em relação à avaliação da documentação entregue no ato da inscrição, apresentando suas razões devidamente fundamentadas por escrito, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado do dia subsequente à data da publicação do resultado no site da Fundação PTI-BR ficando, nesse período, autorizados a obter vistas ao processo junto a Fundação PTI-BR na sede da Fundação Parque Tecnológico Itaipu-Brasil, situada na Avenida Tancredo Neves, nº 6731, nas dependências da Usina Hidrelétrica de Itaipu, na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, **no Edifício das Águas, Fase II, 1º Andar, Sala 117** - Telefone: (45) 3576-7200.

17.2 O prazo para apresentação de contrarrazões será de 03 (três) dias úteis e começará imediatamente após o encerramento do prazo a que se refere o item anterior. As contrarrazões cabem apenas na fase posterior à fase inicial, e poderão ser apresentados apenas por empresas credenciadas nas condições presentes neste Edital.

17.3 Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos aqui referidos, inciam-se e expiram-se exclusivamente em dias úteis no âmbito da **Fundação PTI-BR**.

17.4 O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da comissão de licitação, que apreciará sua admissibilidade, cabendo a autoridade competente reconsiderar ou não sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para que no mesmo prazo seja proferida a decisão final.

17.5 O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.6 A **Fundação PTI-BR** comunicará o resultado do recurso interposto disponibilizando-o no endereço eletrônico www.pti.org.br.

18 DO SORTEIO

18.1 Após a divulgação do resultado da fase inicial, e transcorrido os prazos recursais, será agendada, com a devida publicidade, a data para realização do sorteio para definição da ordem classificatória das empresas credenciadas nessa fase.

18.2 A forma para a realização do sorteio, será com a colocação em um único recipiente de papéis cortados em tamanho único, dobrados e previamente preenchidos com o nome dos credenciados, onde os próprios credenciados serão convidados a efetuar o sorteio.

**PTI**Parque Tecnológico
ItaipuCNPJ: 07.769.688/0001-18
Av. Presidente Tancredo Neves, 6731
85867-900 – Foz do Iguaçu, PR
Tel. (45) 3576-7200
www.pti.org.br

18.3 Em cada retirada para a definição da sequência, deverá ser mostrado, e lido em voz alta, o nome do credenciado sorteado, a todos os presentes, com posterior registro em ata pela Comissão de Credenciamento.

18.4 Da Sessão do Sorteio, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e, ao final, será assinada pelos Membros da Comissão de Credenciamento, e por todos os presentes.

19 DA CONTRATAÇÃO

19.1 As empresas que atenderem aos requisitos deste edital e seus anexos e apresentarem toda a documentação solicitada de acordo com o **ANEXO III** do edital serão consideradas credenciadas a prestar os serviços para a Fundação PTI-BR.

19.2 A prestação dos serviços poderá ser solicitada enquanto perdurar a vigência do edital de credenciamento a qual este termo de referência está vinculado.

19.3 O termo de credenciamento poderá ser rescindido a qualquer tempo, por ato formal e unilateral da Fundação PTI-BR, nos casos enumerados no RELC – Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Fundação parque Tecnológico itaipu – Brasil, comunicando expressamente ao Contratado, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, hipótese em que será procedido o descredenciamento, sem prejuízo dos serviços já prestados e sem que caibam, aos contratados quaisquer direitos, vantagens e/ou indenizações.

19.4 O credenciado que se declarar impedido de atender alguma demanda deverá apresentar justificativa no prazo de até 01 (um) dia após o recebimento da Ordem de Serviços, informando os motivos que impossibilitam o cumprimento da ordem de serviços.

19.4.1 Caso a justificativa apresentada não seja aceita pela área gestora do credenciamento, a empresa poderá ser descredenciada, ficando impedida de apresentar novo requerimento de credenciamento no prazo de vigência deste edital, respeitando-se o contraditório e ampla defesa.

19.5 São de inteira responsabilidade do CREDENCIADO as obrigações pelos encargos previdenciários, sociais, fiscais, trabalhistas, securitários e comerciais resultantes de execução da execução do serviço.

19.6 O credenciamento ou instrumento contratual celebrado com o interessado habilitado não gera qualquer vínculo empregatício com a Fundação PTI-BR.

20 DA ALTERNATIVIDADE ENTRE OS CREDENCIADOS

20.1 A solicitação dos serviços será conforme a necessidade e conveniência da Fundação PTI-BR, sendo respeitada a alternatividade entre os credenciados, sempre excluída a vontade da Fundação PTI-BR na determinação da demanda por credenciado.

20.2 Havendo mais de um credenciado, a prestação dos serviços ocorrerá mediante o sistema de rodízio, iniciado por sorteio. A ordem de sorteio desses nomes estabelecerá uma ordem de chamada dos credenciados. Desta forma, o primeiro sorteado será convocado para primeira vaga disponível, assim, sucessivamente.

20.3 Aqueles que forem credenciados após o prazo inicial de envio de documentos previsto em edital, entrarão no final da ordem da lista de atendimento estabelecida pelo sorteio.

20.3.1 Para não haver interpretações dúbias, e buscando mitigar o surgimento de dúvidas quanto a ordem de credenciamento, vejamos o exemplo a seguir:

a) Na fase inicial de credenciamento, foram credenciadas 03 (três) empresas: "A", "B" e "C".

b) A ordem de credenciamento ficou assim:

1º lugar: empresa "A"

2º lugar: empresa "B"

3º lugar: empresa "C"

c) Logo após o credenciamento, foi demandado um serviço, executado pela empresa "A", credenciada em 1º lugar.

d) Tempos mais tarde, a empresa "D" requereu o credenciamento que, após tramites, foi deferido.

e) Com o credenciamento da empresa "D", a ordem ficou assim:

1º lugar: empresa "A" (executou a primeira demanda)

2º lugar: empresa "B"

3º lugar: empresa "C"

4º lugar: empresa "D"

OBSERVAÇÃO: Note que apesar da empresa "D" ser credenciada após ocorrido prestação de serviços por parte da empresa "A", esta será acionada após a empresa "C" prestar o serviço, pois o rodízio não leva em consideração se já houve demanda para a ordenação de novos credenciados.

20.4 O critério que será utilizado no rodízio é a alternância de credenciados por solicitação de serviço, ou seja, o mesmo credenciado não poderá atender duas solicitações em sequência.

20.5 O sorteio será realizado na Fundação PTI-BR com divulgação prévia da data e o resultado será disponibilizados no site www.pti.org.br.

21 DA SUBCONTRATAÇÃO

21.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

22 DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

22.1 A Fundação PTI-BR realizará o acompanhamento da execução dos serviços credenciados por meio de fiscalização das atividades correlatas, sob responsabilidade da área de Assessoria de Comunicação, devendo as intercorrências ser registradas em relatórios anexados ao processo do credenciado.

22.2 Os usuários dos serviços poderão denunciar irregularidades na prestação dos serviços, informando à área gestora do contrato para que sejam tomadas as providências cabíveis.

23 DO PAGAMENTO

23.1 O pagamento ao credenciado será efetuado de acordo com a demanda, tendo por base o valor definido no edital.

23.2 Quando da cessão de mão de obra, a empresa deverá destacar em nota fiscal a retenção de INSS.

23.3 É vedada a cobrança de qualquer sobretaxa em relação aos valores definidos no edital.

23.4 O pagamento da prestação de serviços, será efetuado em até 10 (dez) dias úteis, a contar do aceite do documento fiscal, desde que o(s) objeto(s) esteja(m) em conformidade com o solicitado pela Fundação PTI-BR.

23.4.1 O aceite do documento fiscal consiste na validação da Nota Fiscal, observados os dados cadastrais, retenções de tributos e contribuições quando aplicáveis, e compatibilidade da CNAE – Classificação Nacional de Atividade Econômica, com o objeto contratado.

23.5 A nota fiscal somente deverá ser emitida após a aprovação, por parte da Fundação PTI-BR, do(s) seguinte(s) documento(s):

- 1) A “Ordem de Serviço/Compra”, “Contrato” ou o Pedido de Compras” emitido pela Fundação PTI;
- 2) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) Certidão Negativa de Débitos das Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou

**PTI**Parque Tecnológico
ItaipuCNPJ: 07.769.688/0001-18
Av. Presidente Tancredo Neves, 6731
85867-900 – Foz do Iguaçu, PR
Tel. (45) 3576-7200
www.pti.org.br

sede do CONTRATADA;

4) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

5) Certidão do Fundo de Garantia do Tempo e Serviço (FGTS);

6) Correspondência com a solicitação do respectivo pagamento, relativo a realização dos serviços executados;

7) Cópias das guias de recolhimento quitadas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, GFIP e da Previdência Social (GPS) dos empregados da CONTRATADA que forem designados para a prestação dos serviços ora contratados, correspondente ao mês imediatamente anterior, bem como quaisquer outros documentos que possam comprovar a regularidade trabalhista e fiscal da CONTRATADA, quando couber.

23.6 O pagamento dos serviços estão condicionados às entregas das solicitações dos mesmos (pela CONTRATADA), a aprovação pela Fundação PTI-BR do fornecimento e serviços realizados, a entrega da documentação completa exigida para liberação do pagamento conforme prazos e condições a serem firmados em contrato.

23.7 Quando o PRESTADOR for optante do SIMPLES NACIONAL, for isento ou imune, deverá entregar junto com o documento fiscal, a declaração correspondente ao enquadramento e o respectivo anexo, quando aplicável.

23.8 Os documentos fiscais deverão ser preenchidos em nome da Fundação Parque Tecnológico Itaipu – BR, CNPJ 07.769.688/0001-18, com natureza jurídica de entidade privada sem fins lucrativos, inscrição Municipal 36.687, Não Contribuinte de ICMS, endereço Avenida Tancredo Neves nº 6731, CEP 85.867-030, Bairro Itaipu, Foz do Iguaçu (PR).

23.9 Os documentos fiscais deverão constar o número do pedido de compras, a descrição objetiva e clara dos serviços prestados, o local da prestação dos serviços quando ocorrer fora do município de Foz do Iguaçu e o destaque das retenções de Tributos, quando aplicáveis.

23.10 Todos os documentos fiscais eletrônicos devem ser enviados para o e-mail: nfeletronica@pti.org.br e as Notas Fiscais manuais devem ser enviadas para a área de recebimento.

23.11 A Fundação PTI-BR poderá, a seu critério, deduzir dos pagamentos devidos à CONTRATADA, valores cobrados pela mesma sem o devido respaldo contratual ou resultantes de multas ou qualquer outro débito da CONTRATADA decorrente dos compromissos assumidos neste Contrato.

23.12 No pagamento de obrigações pecuniárias decorrentes do contrato, a Fundação PTI-BR deverá obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes motivos devidamente justificados pela autoridade competente.

**PTI**Parque Tecnológico
ItaipuCNPJ: 07.769.688/0001-18
Av. Presidente Tancredo Neves, 6731
85867-900 – Foz do Iguaçu, PR
Tel. (45) 3576-7200
www.pti.org.br

23.13 Os pagamentos a serem efetuados em favor da contratada, quando couber, estarão sujeitos à retenção de tributos, conforme legislação vigente:

- I. Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, e Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB n° 1.234, de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o art. 64 da Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996.
- II. Contribuição previdenciária, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB no 971, de 13 de novembro de 2009, conforme determina a Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.
- III. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, na forma da Lei Complementar n° 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a legislação municipal e/ou distrital.
- IV. Demais tributos incidentes sobre o objeto da contratação.

23.14 A CREDENCIADA quando do requerimento do Credenciamento assumirá a responsabilidade de prestar os serviços com inclusão de todas as obrigações e encargos, ou seja, todos os custos incidentes para a consecução do objeto contratado, não podendo ser atribuída à Fundação PTI-BR nenhuma despesa adicional, a qualquer título.

23.15 Caso a CONTRATADA não apresente a documentação completa exigida para liberação do pagamento da nota fiscal/fatura no prazo estabelecido, o respectivo pagamento dos serviços somente ocorrerá a 10 (dez) dias úteis, a contar da data da apresentação formal, pela CONTRATADA à Fundação PTI-BR, dos respectivos documentos faltantes.

24 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1 São consideradas condutas reprováveis e passíveis de sanções, dentre outras:

- a) Não atender, sem justificativa, à convocação para assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente;
- b) Apresentação de documento falso;
- c) Qualquer ato que frustre ou fraude, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o processo de contratação;
- d) Afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- e) Agir de má-fé na relação contratual, comprovada em processo específico;
- f) Incorrer em inexecução contratual;
- g) Não pagamento, pela CONTRATADA, das verbas trabalhistas,

**PTI**Parque Tecnológico
ItaipuCNPJ: 07.769.688/0001-18
Av. Presidente Tancredo Neves, 6731
85867-900 – Foz do Iguaçu, PR
Tel. (45) 3576-7200
www.pti.org.br

encargos sociais e previdenciários;

24.2 Para toda e qualquer ofensa a deveres contratuais, poderão ser aplicadas à CONTRATADA, sem prejuízos da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:

I - Advertência para faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o Contratante.

II - Multa Moratória equivalente a 0,333% (trezentos e trinta e três milésimos por cento) do valor atualizado do Contrato, por dia de atraso.

III - Multa compensatória de 10% (dez por cento) do valor do contrato, no caso de inexecução total do contrato ou por ato que frustre ou fraude a licitação, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

IV - Suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Fundação PTI-BR, por até 5 (cinco) anos.

24.3 Considera-se inexecução total do instrumento contratual o atraso na execução do serviço por mais de 1 (um) dia corrido

24.4 Como forma de punir certas ocorrências pontuais da CONTRATADA, serão aplicados os quadros a seguir, respeitando-se o limite para a aplicação de multas estabelecida por este termo de referência, independentemente da aplicação de outras penas.

24.4.1 A caracterização formal da "ocorrência", do item "DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA" do "Quadro 2 - Infração", será notificada à CONTRATADA pela Fiscalização da Fundação PTI-BR, sendo de um dia a periodicidade mínima para a repetição desses atos.

Quadro 1 - Correspondência

GRAU	VALOR DA MULTA
1	2% do valor do contrato
2	4% do valor do contrato
3	6% do valor do contrato
4	8% do valor do contrato
5	10% do valor do contrato

Quadro 2 - Infração

DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA	GRAU
Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	01

**PTI**Parque Tecnológico
ItaipuCNPJ: 07.769.688/0001-18
Av. Presidente Tancredo Neves, 6731
85867-900 – Foz do Iguaçu, PR
Tel. (45) 3576-7200
www.pti.org.br

Deixar de substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela Fundação PTI-BR, por item e por ocorrência;	03
Deixar de indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01

24.5 Na aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Fundação PTI-BR deverá ser considerada a dosimetria da penalidade, conforme tabela a seguir:

INFRAÇÃO	PENA (MÁXIMA)
Não atender, sem justificativa, à convocação para assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente;	04 (quatro) meses
Apresentação de documento falso;	30 (trinta) meses
Qualquer ato que frustre ou fraude, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o processo de contratação;	30 (trinta) meses
Afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;	30 (trinta) meses
Agir de má-fé na relação contratual, comprovada em processo específico;	36 (trinta e seis) meses
Incorrer em inexecução contratual.	12 (doze) meses

24.6 A sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Fundação PTI-BR para o caso de inexecução contratual deve ser aplicada apenas no caso de inadimplemento grave ou que se entenda que não é dispensável de cumprimento.

24.7 As sanções previstas no tópico 24.5 deste termo de referência poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante abaixo, até o limite de 60 (sessenta) meses, em decorrência do seguinte:

- I. Quando restar comprovado que o licitante ou contratado tenha registro, no Cadastro de Fornecedores da Fundação PTI-BR, de penalidade aplicada em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas neste instrumento, nos 24 (vinte e quatro) que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;
- II. Quando restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;
- III. Quando o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório; ou
- IV. Quando restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de



PTI

Parque Tecnológico
Itaipu

CNPJ: 07.769.688/0001-18
Av. Presidente Tancredo Neves, 6731
85867-900 – Foz do Iguaçu, PR
Tel. (45) 3576-7200
www.pti.org.br

que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

24.8 As infrações, independentemente de sua gravidade, poderão ser aplicadas de modo cumulativo, mais de uma penalidade, sem prejuízo da eventual rescisão contratual sem o direito à indenização.

24.9 Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de licitar e contratar com a Fundação PTI-BR, nos termos do art. 157 do RELC:

- I. Às pessoas físicas integrantes do quadro societário da pessoa jurídica, independentemente de nova pessoa jurídica que vieram a criar ou de outra em que figurarem como sócios;
- II. Às pessoas jurídicas que possuam sócios comuns com as pessoas físicas referidas no inciso anterior.

24.10 A Fundação PTI-BR poderá rescindir o contrato caso o montante correspondente à soma dos valores das multas moratórias ultrapassarem a 10% (dez por cento) do valor total atualizado deste Contrato.

24.11 Se a multa aplicada não for suficiente para cobrir os prejuízos causados à Fundação PTI-BR, poderá esta, justificadamente, requerer a diferença a que tem direito.

24.12 As sanções de advertência e suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Fundação PTI-BR, por até 5 (cinco) anos poderão ser aplicados, juntamente, às sanções de multa, a depender do caso e a sua aplicação, ainda que de forma cumulada, não exime a responsabilidade de indenizar eventuais perdas e danos ocasionados à Fundação PTI-BR decorrentes do descumprimento contratual e/ou obrigação editalícia.

24.13 A multa não será aplicada caso o fato gerador em que incorreu a CONTRATADA tenha sido consequência de motivo de força maior ou caso fortuito.

24.14 A Fundação PTI-BR reserva-se o direito de deduzir dos valores devidos à CONTRATADA as multas aplicadas e a importância necessária ao ressarcimento de danos e/ou prejuízos, que esta causar à Fundação PTI-BR ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.

24.15 As penalidades estabelecidas nesta cláusula não excluem nenhuma outra prevista em lei, nem a responsabilidade da CONTRATADA por perdas e danos que causar à Fundação PTI-BR.

24.16 Na contagem dos prazos estabelecidos no Contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento e considerar-se-ão os dias úteis consecutivos.

**PTI**Parque Tecnológico
ItaipuCNPJ: 07.769.688/0001-18
Av. Presidente Tancredo Neves, 6731
85867-900 – Foz do Iguaçu, PR
Tel. (45) 3576-7200
www.pti.org.br

24.17 A aplicação das penalidades previstas deverá ser realizada em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o art. 159 do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Fundação Parque Tecnológico Itaipu – Brasil - RELC.

24.18 A CONTRATADA poderá interpor defesa e apresentar e/ou requerer a produção de provas, conforme o caso.

24.18.1 Da decisão final cabe recurso à autoridade superior, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado da intimação do ato. O recurso será julgado pelo Diretor Administrativo-Financeiro da Fundação PTI-BR.

24.19 A não ocorrência das penalidades acima referidas, não impede que a Fundação PTI-BR rescinda, unilateralmente, o Contrato.

24.20 Na aplicação das sanções deverão ser considerados os danos resultantes da infração, situação econômico financeira da sancionada, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, reincidência, assim entendida a repetição de infração de igual natureza, bem como a outras circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes em face do caso concreto, observado o princípio da razoabilidade e proporcionalidade entre a sanção, a gravidade da infração e o vulto econômico da contratação, art. 158 do RELC.

24.21 No caso de atraso do pagamento por parte da Fundação PTI-BR, a CONTRATADA poderá exigir as penalidades a seguir:

a) multa de 2% (dois por cento), sobre o valor da parcela pendente.

b) juros de 1% (um por cento) ao mês, sobre o valor da parcela pendente.

25 DO DESCREDECIMENTO

25.1 O credenciamento poderá ser rescindido a qualquer tempo, por ato formal e unilateral da Fundação PTI-BR, comunicando expressamente ao Contratado, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, hipótese em que será procedido o descredenciamento, sem prejuízo dos serviços já prestados e sem que caibam, aos contratados quaisquer direitos, vantagens e/ou indenizações.

25.2 Na hipótese de descredenciamento, é assegurado o contraditório e ampla defesa.

25.3 O credenciado também poderá solicitar rescisão a qualquer tempo, mediante notificação à Fundação PTI-BR com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

26 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1 Todas as despesas, encargos, **fretes**, impostos de qualquer natureza incidentes sobre o objeto do presente, honorários, taxa de agenciamento e todas as obrigações sócio previdenciárias são de inteira responsabilidade e risco da empresa vencedora.

26.2 Nos custos apresentados devem estar inclusas despesas necessários para com a contratação dos profissionais.

26.3 Durante todo o período de credenciamento, a empresa credenciada deverá manter atualizada sua documentação e seus cadastros junto a Fundação PTI-BR.

26.4 Ocorrendo fato superveniente, extraordinário e imprevisível que altere o equilíbrio da equação econômico-financeira original deste credenciamento, as partes renegociarão as suas condições para que se retorne à equação comutativa originária.

26.5 Nenhuma indenização será devida aos participantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital de Credenciamento, ou ainda, por qualquer outro motivo alegado em relação a este processo.

26.6 A inobservância, em qualquer fase do processo de credenciamento, por parte do interessado, dos prazos estabelecidos em notificações pessoais ou gerais, será caracterizada como desistência, implicando sua exclusão do certame.

26.7 A inexistência de afirmativas, declarações falsas ou irregulares em quaisquer documentos, ainda que verificada posteriormente, será causa de eliminação do interessado do processo de credenciamento, anulando-se a inscrição, bem como todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo das demais medidas de ordem administrativa, cível ou criminal.

26.8 É de inteira responsabilidade do interessado acompanhar as informações e os resultados disponíveis no site da Fundação PTI-BR ou divulgadas no jornal local.

27 DO FORO

27.1 Para dirimir toda e qualquer dúvida e/ou divergência oriunda do presente Edital, será competente o Foro da Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

Foz do Iguaçu, XX de XXXXX de 2019.



PTI

Parque Tecnológico
Itaipu

CNPJ: 07.769.688/0001-18
Av. Presidente Tancredo Neves, 6731
85867-900 – Foz do Iguaçu, PR
Tel. (45) 3576-7200
www.pti.org.br

(assinado digitalmente)

Eduardo Castanheira Garrido Alves

Diretor Superintendente

(assinado digitalmente)

Flaviano da Costa Masnik

Diretor Administrativo-Financeiro

(assinado digitalmente)

Claudinéia Pires

Comissão de Licitações